VASCO DE MAGALHÃES-VILHENA E O SEU LEGADO EPISTEMOLÓGICO

João Maria de Freitas-Branco¹

(Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da
Universidade de Lisboa / Grupo de Estudos Marxistas)

Nota prévia: O presente texto tem origem numa comunicação oral. Nos tempos que correm essa oralidade consiste na leitura em voz alta de um texto previamente redigido com o propósito último de, em momento posterior, ser dado à estampa. Mas para um adorador da cultura clássica, greco-romana, a *ρητορική*, que pressupõe improviso, merece o carinho da memória. Chegado o momento da publicação escrita, e não tendo havido texto lido no momento da oralidade, fez-se a possível tradução escrita desse outro momento, optando, em nome da fidelidade à origem retórica, por um estilo coloquial compatível com o rigor científico da análise crítico-racional.

Como profissional da Filosofia, mas também como cidadão português desejo começar por louvar esta iniciativa de homenagear Vasco de Magalhães-Vilhena no espaço universitário que, em 1974/75, o acolheu – após longo período de exílio imposto pelo resistente clima salazarento que ensombrou o país – e que, ao fazê-lo, corrigiu uma injustiça lesa pátria servindo, ao mesmo passo, a Cultura e a valorização da acção educativa, na precisa medida em que a Universidade de Lisboa passou então, finalmente, a poder beneficiar do prestigioso legado científico-pedagógico do Mestre ostracizado. Nisto se estriba também o gosto com que logo aceitei

---

¹ jmfreitas.branco@gmail.com

o honroso convite que me foi endereçado pelos organizadores deste colóquio para participar nesta justa homenagem. Quero por isso agradecer à Faculdade de Letras, ao GEM-Grupo de Estudos Marxistas e, muito em especial, ao Hernâni Resende (que tão longamente privou com o homenageado, nosso comum Amigo), o convite que me dirigiram.

Sei que quando em situações como esta se proferem palavras de reconhecimento deste tipo, essas palavras soam quase invariavelmente como sendo o cumprimento de uma costumeira formalidade circunstancial. Mesmo quem, como eu, tem o arreigado hábito de dizer o que sente e sentir o que diz, não deixa de correr o risco de assim ser decifrado. Por esse motivo, quero enfatizar o facto de não estar a cumprir um mero ritual de cortesia. Não, de forma alguma. É com toda a sinceridade que o afirmo: é um prazer genuinamente sentido. Porquê? Por motivos pessoais – e até íntimos... Para além da óbvia afeição e atenção profissional. Se lermos a entrevista conduzida por Maria Ivone de Ornellas de Andrade ou se pegarmos no principal ensaio biográfico dedicado à figura que aqui nos traz, da autoria de António Melo e intitulado “Magalhães-Vilhena, esboço de um retrato”, aí encontramos a alusão a ambientes e locais frequentados pelo biografado, bem como a referência às pessoas com quem se relacionava: nomes como o de António Sérgio e sua mulher Luísa, Castelo-Branco Chaves, Agostinho da Silva, Maria Amélia do Nascimento ou Luís de Freitas-Branco – que sendo, como Magalhães-Vilhena, frequentador do muito convidativo salão literário e musical de Emma Romero da Câmara Reys, não quis deixar de publicar no jornal *O Século* crónica sobre o jovem estudante de filosofia, então com apenas 19 ou 20 anos de idade, “um novo de grande valor”, que fizera a apresentação de um concerto. A estes nomes é-me muito fácil adicionar vários outros que o passar dos anos foi fazendo cair no esquecimento, mas nunca ausentes da minha memória: o dostoievskiano crítico literário/musical e activo seareiro Pedro Nascimento, sua mulher Helena Pery de Linde, o prestigiado neurologista Orlando de Carvalho, que participou directamente em acções conspirativas clandestinas com Álvaro Cunhal (nomeadamente em Paris), Maria de Lurdes Carvalho (conhecida nos meios políticos da oposição democrática como Milu, casada com Orlando), dedicada activista no apoio aos presos políticos e respectivas famílias, assim como outros que agora omito para não me alongar em demasia. Excluindo o caso do compositor citado, em que o elo familiar é evidente, estou em crer que ninguém presente neste auditório universitário se encontra em condições de perceber que todas as pessoas antes referidas como pertencendo ao círculo de convívio de Vasco de Magalhães-Vilhena são as mesmas que povoaram a mais próxima

paisagem humana que me circundou desde a infância, enriquecendo-me. Ou seja, muitos (a maioria) dos meus mais próximos familiares eram amigos próximos do Vasco.

Eis o fundamento da genuína sinceridade subjacente às minhas iniciais palavras de agradecimento.

Mas há razões mais relevantes que me motivaram a gastar algum tempo com estas alusões. Uma delas prende-se com o facto de serem elementos biográficos pouco conhecidos, ou até desconhecidos; e, não o esqueçamos, pela ordem natural das coisas vão escasseando os que conheceram pessoalmente o Vasco e com ele privaram, pelo que talvez seja útil ir aproveitando circunstâncias como esta para, em prol da memória futura, fornecer dados menos visíveis, do foro pessoal, mais associados à esfera da intimidade do ser humano que atrai a nossa atenção e que, não o esqueçamos, já nos deixou há quase um quarto de século, após prolongado tempo de recolhimento, por motivos de saúde. Não deixarei, por isso, de ir tentando aludir a aspectos desta natureza, na convicção de que o pensar não é uma entidade pairante, divorciada de tudo o resto. No entanto, julgo poder adivinhar que, chegado a este momento, o caro público se sinta assaltado por uma dúvida perturbadora, que até talvez vos desperte a vontade de me interromper com a seguinte interrogativa: mas afinal que relação tem isso com a epistemologia e com o legado filosófico de Magalhães-Vilhena? Apresso-me a responder, sem qualquer hesitação: tem profunda relação.

O perfil do investigador filosófico só se abarca e se compreende na sua dimensão mais profunda se tivermos presente a forma como o investigador se socializou num determinado tempo histórico que foi o seu, no quadro de uma ambiência cultural com a qual interage. O pensamento é sempre pensamento de alguém, de uma pessoa real, concreta, que por definição é um ser social, fruto da sua circunstância, como gostaria de acentuar Ortega y Gasset.

Se muito não erro, a forma inovadora, original, como Magalhães-Vilhena em meados do século XX olha para a figura referencial de Sócrates – naquele que foi o empreendimento científico com maior repercussão internacional por ele levado a cabo, servindo por isso de exemplo preferencial – é inseparável dos elementos biográficos a que antes fiz referência, por estranho que tal possa parecer à primeira vista. Esse renovado olhar analítico materializado em *Socrate et la légende platonicienne* e, de diferente modo, em *Le problème de Socrate* constitui uma demarcação clara e inequívoca em relação à atitude metodológica do historicismo idealista, para o qual o desenrolar da história se processa sob a égide das ideias (entendidas como construções absolutamente autónomas); um devir

subordinado ao pensamento absoluto, à consciência, ao espírito. Essa posição metodológica inovadora, em que Sócrates é estudado *in history*, no sentido atribuído por J.D. Bernal numa célebre titulação, guarda umbilical relação com as relações interpessoais que o investigador foi estabelecendo desde muito jovem, e, conseqüentemente, com o ambiente social onde formou o seu *eu-essencial*. Há uma fundamental inclinação para a *acção* que não se pode nem deve separar da concepção metodológica do pesquisador, bem como do seu posicionamento epistemológico, e que é, em grandíssima parte, determinada por esse ambiente social. A ruptura com o idealismo histórico por ele próprio definido como sendo “a afirmação do primado da consciência social”, ruptura que se traduz num travejamento metodológico que permanecerá presente em toda a sua obra futura e que é característica essencial do seu legado científico-filosófico, tem aí, na minha opinião, algumas das suas mais profundas raízes.

A apresentação mais clara, precisa, concisa da atitude metodológica e epistemológica que procurou desenvolver encontra-se, a meu ver, em *Anciens et modernes. Études d'histoire sociale des idées* (1986) – “edição definitiva, no original francês”, no dizer do próprio Autor, evitando a aproximação do leitor à “defeituosa” edição portuguesa de 1984 (paradoxal antecipação editorial da tradução ao original). Diz-nos Magalhães-Vilhena o seguinte, nesse passo de minha pessoal preferência em que define o *dessein commun* dos seus *études*:

mettre en relief l'articulation de la pensée avec la vie sociale qui l'a vu naître et de laquelle elle est solidaire, faisant voir comment des structures sociales parfois la favorisent et stimulent, d'autres fois la difficultent ou même créent plusieurs sortes de blocages à son essor, à sa croissance, à sa matérialisation (*AM*, p.9).

Num esplêndido estudo publicado no ano de 2000, em que se leva a cabo cuidada análise crítica de muitos dos principais escritos de Magalhães-Vilhena, incluindo o acabado de citar, Hernâni Resende evidenciou a precocidade do gesto de oposição a uma atitude de método, em boa parte de inspiração idealista alemã (Kant, Hegel), que fez escola, monopolizando ao longo de gerações a forma de realizar a história das ideias, a história da filosofia e a do conhecimento, em geral. Curiosamente alguns dos mais destacados representantes dessa atitude de método, no século XX, são personalidades com quem Magalhães-Vilhena trabalhou directamente em França e de quem de uma ou de outra forma dependia, no seguimento da aceitação da bolsa de estudo na Sorbonne oferecida pelo Instituto Francês de

Lisboa (por iniciativa do seu director, Pierre Hourcade, e também de Pierre Amado, subdirector, ambos conhecedores das virtudes do bolseiro), refiro-me a nomes sonantes como o de Émile Bréhier, Raymond Bayer (genro do anterior) ou Henri Gouhier. Facto digno de registo pelo muito que diz sobre a personalidade do nosso compatriota – sobre a sua coragem intelectual. Escreve Hernâni Resende:

Em oposição [...] e contra os autores que na política de Platão vêem apenas uma construção no absoluto, que ignora as realidades, já em 1949 Magalhães-Vilhena, em *Socrate et la légende platonicienne* pusera em relevo, através da investigação das raízes sociais e ideológicas da utopia política de Platão [...], as ligações profundas que o pensamento político-filosófico daquele filósofo grego tem com as realidades sociais de um passado anterior à democracia ateniense e com um presente cujas deficiências político-sociais critica certeira e, numa perspectiva de acção futura (Resende, p.252).

Historismo, derivado do alemão *Historismus* (mas com equivalências lexicais de uso corrente em idiomas como o inglês e o francês), é a designação que Hernâni Resende propõe como sendo a mais adequada à classificação do procedimento do autor de *Anciens et modernes*, porque “*historismo* é o termo que melhor define aquela faceta da sua metodologia, aquele seu princípio de método” (Resende, p.255). Uma proposta terminológica que temos fortes razões para acreditar que mereceria a total concordância do materialista-dialéctico Magalhães-Vilhena para quem a historiografia a que se opõe (oriunda de fonte kantiana, hegeliana, mas também comtiana) é uma forma de *reducionismo idealista*, sendo a história concebida como algo que se circunscreve, que se reduz ao processo ideativo, ao encadeamento das ideias (auto-engendradas). Uma história *espiritualizada*, se assim se pode dizer, por se resumir à pura expansão espiritual da humanidade, gerando ao mesmo tempo uma sobreposição/identificação da filosofia com a história. Em *Panorama do pensamento filosófico (PPF)* encontramos cristalina exposição do seu ponto de vista crítico sobre esta temática:

A historiografia idealista, mesmo de inspiração hegeliana, mostrou-se incapaz de elaborar uma concepção dialéctica concreta da relação da filosofia e da realidade social. E porque não conseguiu apreender concretamente a relação dialéctica entre uma e outra, não conseguiu superar o antagonismo da filosofia e da história. Ou proclama a sua irredutibilidade ou a sua identidade (*PPF*, p.131).

Por volta do ano de 1983, quando prepara a edição da tradução portuguesa de *Anciens et modernes...*, Magalhães-Vilhena dá sinais de mais clara simpatia pela expressão “*história social das ideias*” aplicada ao seu trabalho; como forma designativa do que realiza. Ela é logo utilizada no subtítulo desse volume em preparação. Adivinha-se a motivação epistemológica que também interfere nesta escolha, uma vez que a *história social* abre espaço para a *crítica* que a partir do território disciplinar da filosofia antecede o puro estudo historiográfico. O ter tardiamente resolvido acrescentar a mesmíssima expressão também como subtítulo de outro livro – o último e mais extenso trabalho dedicado ao pensamento de António Sérgio, só postumamente publicado – reforça a sensação com que se fica de o nosso investigador ter encontrado no início da década de 80 uma espécie de rótulo preferencial, se não mesmo ideal para a caracterização do conteúdo da sua faina, até por sintonizar por completo com uma tão límpida quanto forte confissão feita nos últimos anos de vida, na entrevista concedida em 1990 e tendo em mente a recuada memória de uma observação de Henri Gouhier ao arguir a sua tese de doutoramento: “desde sempre os problemas históricos foram a minha principal preocupação” (*FHC*, p.332). Note-se bem: na óptica do próprio a perspetivação histórica atravessa a toda a sua obra.

No seguimento destas considerações de índole metodológica e epistemológica, talvez importe afirmar, neste momento de efeméride, aquilo que estranhamente (ou talvez não) nunca vejo ser dito. Sintetizo na seguinte asserção: Vasco de Magalhães-Vilhena foi um dos maiores investigadores filosóficos do século XX – ou seja, não só em Portugal como no mundo. Afigura-se-me importante sublinhar esta real dimensão do trabalhador intelectual porque o facto de isto nunca ser dito indicia mais tratar-se de realidade ainda não consciencializada pelos portugueses, seus concidadãos (e incluindo os que compõem as elites nacionais), do que ser mero efeito de evidência assimilada. E acrescente-se ter sido ele, durante décadas, um dos símbolos da riqueza cultural portuguesa expulsa do território nacional – sendo que esse simbolismo devia ainda hoje permanecer vivo. Numa Pátria com memória e em que houvesse tradição de Alta Cultura, estaríamos agora, pelo menos agora, no ano do centenário, a assistir à publicação de uma edição das obras completas. Deixo o apelo para que isso se faça. Tanto mais que, para além da prosa ainda inédita, vários livros há muito se encontram ausentes dos escaparates do mercado livreiro, fazendo hoje parte da lista dos *introuvables*. Um deles aqui merecerá especial atenção.

Vasco Manuel de Magalhães-Vilhena (de seu nome completo) era um investigador nato. O seu talento de investigador no domínio da Filosofia tinha a aparência de ser qualidade inscrita no próprio ADN. Isso

se observa, desde logo, na espantosa precocidade atestada por obras como *Progresso. História breve de uma ideia*, dada à estampa quando tinha 23 anos, em 1939, *Unidade da ciência*, publicada dois anos mais tarde, em 1941, ou o *opus* 1, o artigo intitulado “A luta pela inteligibilidade no pensamento grego” (1935), que aparece nas páginas da prestigiada *Seara Nova* quando o autor era, no critério jurídico da época, um imberbe adolescente, com 18/19 anos de idade. E aproveite-se para notar como a complexa temática epistemológica está fortemente presente já nesses primeiros tempos de actividade intelectual pública ou publicada. Faço notar serem estes, bem como outros dos seus primeiros escritos, mostra de como há em Magalhães-Vilhena um pensamento que, na vertente da epistemologia como em todas as outras, se estrutura, se arruma muito cedo e assim permanece nas suas linhas mestras, não havendo motivo para falar de *fases* (em sentido forte), de *rupturas*, ou de cortes epistemológicos, em sentido althusseriano.

Embora correndo o risco de susceptibilizar algumas pessoas, de involuntariamente ferir susceptibilidades alheias, não me vou inibir de endereçar críticas ao homenageado. Faço-o por várias razões, uma das quais já enunciei: a da progressiva escassez de hipóteses de recolha de testemunhos dados, na primeira pessoa, por quem pôde privar/trabalhar com o nosso Vasco, e da consequente premência de aproveitar circunstâncias como esta para os transmitir de forma pública. Mas também, e, neste particular, até principalmente, por considerar que o acto de prestar homenagem a alguém não só não deve como não pode expulsar o espírito crítico; não deve constrianger o homenageador a cerrar os olhos, inibindo ou anulando a liberdade do juízo crítico, apagando o olhar avaliativo imparcial. Fazê-lo, seria deixar resvalar a veneração para o terreno do panegírico; e isso, sim, desrespeita a personalidade visada. Por estranho que possa parecer, o apontar de um defeito ou de uma qualquer humana limitação não só pode perfeitamente integrar o gesto respeitoso, como até ser expressão de afecto – no mesmíssimo sentido em que só se pode, com plena autenticidade, amar ou gostar de um outro conhecendo-lhe os defeitos, as carências, as limitações, nunca em absoluto ausentes do exemplar humano. Mas independentemente disto, opto por correr o risco de susceptibilizar, porque o que tenho para dizer (espécie de “tese” íntima) se me afigura interessante para o conhecimento do processo criativo da pessoa em causa – trabalhador intelectual.

A grandeza do investigador Magalhães-Vilhena – de singular estatura intelectual no quadro da cultura mundial – está, a meu ver, umbilicalmente associada a alguns dos seus defeitos (nem sempre pequenos) e a traços de personalidade que não eram agradáveis nem amáveis para

quem com ele convivia. Não era pessoa de trato fácil; e certos problemas de relacionamento interpessoal até se cruzam com a história da Faculdade de Letras, como porventura se constatará se alguma vez for averiguada a “novela” da integração de Magalhães-Vilhena no quadro de docentes da Universidade de Lisboa, no seguimento da Revolução dos Cravos que pôs termo ao seu longo exílio. Ou quando alguém se dedicar a escrever uma biografia. Havia um certo distanciamento, uma vaidade velada mas nem sempre bem disfarçada, alguma ritualidade cerimoniosa, uma atitude austera, um apego a pormenores aparentemente insignificantes, um excesso de rigor no tratamento de questões da existência quotidiana, demandando respostas precisas a questões triviais, teimosias várias geradoras de queixumes de quem com ele mais de perto privava. Porém, este conjunto de características passíveis de serem classificadas como defeitos pessoais concorria directamente para o singular mérito profissional. A melhor forma de fundamentar esta opinião seria contar episódios da vida real não raras vezes despidos de dimensão anedótica, como por exemplo, certos diálogos mantidos com médicos que cuidaram da sua saúde. Aí reconheceríamos de imediato a viva presença da racionalidade, a meticulosidade, o rigor, a tenacidade, a exigência estreme; isto é, os traços marcantes do perfil do investigador científico. Mas não há espaço para tal raconto. Porém, há uma questão relacionada com a convicção que acabo de expor à qual não podemos fugir, por ser essencial para a definição do perfil do investigador filosófico em presença.

É muito habitual a confusão entre erudição e cultura. O espaço universitário é local propício para se encontrarem pessoas eruditas, professores e investigadores eruditos. Jamais alguém duvidou de que o académico Magalhães-Vilhena disso fosse exemplo brilhante. A própria descrição que dele faziam os que mais cedo o conheceram, no período da juventude, corresponde por inteiro ao estereótipo social do investigador científico: alguém que exhibe debilidade física, inapto para actividades práticas, um fraco, ser “franzino e quase glabro”, como o descreveu o matemático Manuel Deniz-Jacinto, seu amigo desde os primeiros tempos de estudante coimbrão. Esta vulgar visão preconceituosa não deixa de encontrar legítimas justificações na paisagem empiricamente observável.

O que importa perceber é que erudição não é sinónimo de cultura. O investigador erudito nem sempre é pessoa culta. Aliás, com demasiada frequência não o é, de facto. É alguém que denota possuir sólido conhecimento na sua área disciplinar, cimentado na especialização, na fragmentação, no afunilamento cognitivo, procurando saber tudo sobre absolutamente nada, como dizia Bernard Shaw com o seu corrosivo sentido de humor.

É a imagem de um ente fechado, encerrado no seu gabinete de trabalho, no seu departamento universitário, divorciado do acontecer real, do viver concreto. Acontece que ser culto não é isso. Ser culto é, bem ao invés, estar aberto ao exterior, ter a compreensão dos grandes problemas do mundo em que se vive, assimilar as linhas de força, as contradições/oposições do seu tempo, ter consciência das acções recíprocas (de que *tout se tient*), capacidade de relação, alcançar a apreensão dialéctica do mundo real de modo a poder agir nele com inteligência, de forma consequente, com vontade de intervir no sempre requerido processo transformador. Ora, nisto também o autor de *Le problème de Socrate* se distinguia, não demorando a diferenciar-se do comum. Porque a erudição, em Magalhães-Vilhena, não se traduz em falta de cultura. Foi simultaneamente um investigador erudito, ao mais alto nível, e um investigador muitíssimo *Culto*. Por trás do ser franzino esteve sempre, à sua maneira, um homem de acção, corajoso e disposto a lutar por aquilo em que acreditava. Isto nos remete para o que inicialmente disse, evocando as relações pessoais de amizade, onde pontificavam concidadãos cívica e politicamente comprometidos com a luta dos *do contra* (como nesse então se dizia), agindo em prol da construção da democracia autêntica e da paz, fossem eles pessoas como o já referido casal Maria de Lurdes Carvalho/Orlando de Carvalho (amigos de Lisboa e de Paris) ou figuras de grande notoriedade como António Sérgio. No círculo deste essa energia corajosa cedo foi percepcionada, levando o filósofo-ensaísta a alcunhá-lo de “anjo do extermínio”. Está por estudar a forma como exerceu a cidadania, dando a conhecer em pormenor a acção política empenhada, corajosa, desenvolvida desde muito cedo e projectando-se ao longo da vida inteira. Para ilustrar o afirmado, limito-me a recordar ter sido em 1932, quando tinha apenas 16 anos, que decide integrar as fileiras de uma organização partidária clandestina, o PCP, envolvendo-se, nos meios universitários, numa intensa e muito arriscada actividade subversiva. Mais tarde, em plena *guerra fria*, empenhar-se-á no Conselho Mundial da Paz e no esforço de aproximação entre a sua Pátria e os países socialistas da Europa de Leste, como membro de associações de amizade para com essas Nações (de que tínhamos estado compulsivamente divorciados), instituições cívicas criadas logo após o derrube da Ditadura.

Mas o que aqui acima de tudo procuro pôr em evidência é a dimensão epistemológica do *exemplo* concreto (do caso exemplar), assim como o legado que em si mesmo transporta. O que tenho vindo a designar por *investigador erudito* – mas não culto – é modelo de uma atitude preferencialmente associada a uma determinada concepção epistemológica, ligada, no quadro histórico do pensamento científico, à “tendência para

uma diferenciação crescente”, referida logo nos parágrafos inaugurais do Preâmbulo de *Unidade da ciência*. Em oposição a este concebimento do trabalho científico, Magalhães-Vilhena (a pessoa, o figurino da obra, o perfil profissional, entendidos como um todo), materializa, personifica, exemplifica um outro modelo, associado a um conceito epistemológico oposto, que rompe caminho em direcção à *unidade* no terreno do trabalho de construção do conhecimento científico – ou do conhecimento em geral. Portanto, o que afirmo é que a própria forma como Magalhães-Vilhena exerceu o *métier* de investigador filosófico, que rotulei de *erudito-culto*, é, em si mesma, um essencial legado epistemológico: implica um determinado modelo de ciência, uma determinada caracterização da ciência, uma noção de ciência oposta à fragmentação ou à inclinação diferenciadora, expressão de uma das grandes tendências que, sob várias vestes e com diferentes graus de predominância, se foi manifestando no decurso da história do pensamento científico.

Terá sido notado que me tenho referido a Magalhães-Vilhena utilizando invariavelmente o termo “investigador” e não o designativo de Filósofo, tantas vezes a ele aplicado. Fi-lo intencionalmente; e quero justificar a opção com uma alegação paralela ou complementar à enunciada no parágrafo antecedente. Uma cuidada análise do tipo de trabalho criativo desenvolvido pelo nosso Autor revela, a meu ver, tratar-se, no fundamental, de legados de um *investigador* filosófico e não de um *Filósofo* de corpo inteiro, de um construtor de pensamento original. E estou a pensar em legados não só de natureza epistemológica, senão que no conjunto dos contributos fornecidos pela totalidade do labor intelectual do Autor em causa. A sua obra não institui uma nova teoria, não inaugura uma nova corrente de pensamento filosófico. Não faria nenhum sentido falar-se de *vilhenaismo*, nem utilizar esta ou outra qualquer terminologia similar destinada a designar um pensamento autónomo, de forma a traçar fronteira demarcadora de um inovador corpo de ideias. Nesta minha conclusiva errada será ver qualquer intento de minimização do legado. O que afirmo em nada diminui o realizado. Não lhe retira valor. Como me apressei a afirmar – combatendo com frontal veemência um persistente silêncio –, na sua autenticidade, naquilo que de facto foi como profissional da filosofia, como investigador científico-filosófico, alcançou ele o mais elevado patamar a nível internacional.

Dados os normais condicionalismos de uma comunicação académica deste teor, vou apenas focar a atenção em alguns aspectos do legado epistemológico, com o objectivo único de os enfatizar, em função da relevância que têm no pensamento do Autor e no quadro da sua intervenção

intelectual. Deixo forçosamente de lado a análise dos estudos sobre a ciência na Grécia antiga, assim como também o profundo e extenso trabalho dedicado ao pensamento de António Sérgio, infelizmente não concluído e só postumamente publicado (na “íntegra”, ou seja, reunindo todos os textos constantes do espólio do autor destinados a completar esse volume que, com amargo desgosto, não pôde terminar); trabalho, esse, olhado pelo próprio Magalhães-Vilhena, na última fase da sua vida, como constituindo o seu mais valioso contributo como investigador filosófico, por ter dado a conhecer a real dimensão daquilo a que chamou o *idealismo crítico* sergiano (crítico por via da relação teórica com o “criticismo de cariz kantiano”), mostrando que o pensador ensaísta “ocupa na história social das ideias, e em particular das ideias filosóficas em Portugal uma posição singular. Única.” (AS, p.53).

Como forma de introduzir os aspectos que pretendo abordar, mas também com o propósito de ressuscitar um escrito injustamente esquecido, irei centrar a atenção na ideia de unidade da ciência, expressão utilizada por Magalhães-Vilhena para titular o seu segundo livro publicado, datado de 1941, e tendo como subtítulo *Introdução a um problema*. O dito problema integrava um corpo temático da maior actualidade nesses conturbados anos em que o mundo estava em guerra. Personalidades como John Desmond Bernal, conceituado físico britânico de Cambridge e incansável activista político de esquerda, tinham acabado de enunciar a urgência de promover aquilo a que chamaram *science of science* – Bernal terá sido até, porventura, o primeiro a utilizar a expressão, e suspeito de que seja ele ou Otto Neurath o autor do texto escolhido como 2ª epígrafe de *Unidade da ciência* e em que de modo algo triunfal se anuncia:

A science of science is appearing. The extreme specialization within science demands as its corrective an interest in the scientific edifice in its entirety (UC, p.7).

Por outro lado, havia o respeitável peso do universo do *Wiener Kreis*, com as suas várias *nuances*. Philipp G. Frank, colaborador de Einstein e seu sucessor na regência da cadeira de Física Teórica na Universidade alemã de Praga (dado histórico referido por M.-Vilhena em UC, p.132), tendo em vista a caracterização dos objectivos a que o *Círculo* se propunha, escreveu:

O que nós desejamos acima de tudo, hoje, é criar um movimento construtivo que não se esgote na luta contra o anti-racionalismo e a filosofia escolástica. [...] A ideia construtiva do nosso movimento é a da “unidade da ciência” e tende a criar uma “ciência unitária”. (cit. em Namorado, pp.9 e ss.)

A linguagem de Philipp Frank sintoniza bem com a do texto fundador do Círculo, o manifesto de 1928, onde surgem frases como “o objectivo futuro é a ciência *unificada*” e se apela à rejeição da “metafísica escolástica”. Tendo concluído a licenciatura na Universidade de Coimbra, no curso então designado de Ciências Históricas e Filosóficas, o próximo objectivo e absoluta prioridade do jovem Magalhães-Vilhena era realizar o doutoramento. Daí que a obra *Unidade da ciência. Introdução a um problema* tenha sido levada a cabo com esse expresso propósito. Mas neste nosso “país engraçado”, como gostava de dizer Agostinho da Silva, registam-se acontecimentos surpreendentes. O tema da tese foi recusado pela universidade, não obstante a sua inquestionável actualidade, atestada, aliás, também pelo facto de ser problemática que já tinha merecido a atenção de outros autores portugueses, da geração anterior à do candidato, como Delfim Santos e Vieira de Almeida, justamente referenciados por Magalhães-Vilhena no seu trabalho (convindo acrescentar que Delfim Santos, depois de ingressar na Universidade de Viena, tomou parte no *Kreis*, no círculo de discussões, *in loco*, tendo mantido óptima relação pessoal com Moritz Schlick). Mas também Egídio Namorado e Emundo Curvelo se juntaram a esses outros, no que podemos chamar, genericamente, um esforço de por cá promover a análise crítica, a recepção crítica do empirismo lógico / neopositivismo, dando a conhecer o pensamento de autores ainda praticamente desconhecidos em Portugal (não traduzidos, pouco lidos), mas que eram as figuras de proa do *Wiener Kreis* (preferencialmente referido no nosso meio universitário como Escola [e não Círculo] de Viena) e do neopositivismo, autores como Rudolf Carnap, Otto Neurath, Hans Hahn (os redactores do manifesto de 1928), Moritz Schlick, Kurt Gödel, o mais esquecido Friedrich Waismann ou o mais heterodoxo Karl Popper (a harmonia não era timbre do movimento, pois na verdade nunca houve acordo total no seio do *Wiener Kreis*). Na paisagem de fundo ergue-se, como elemento maior, o wittgensteiniano *Tractatus*, constituindo-se como referência tanto para o Círculo de Viena como para o Grupo de Cambridge que incluía R.B. Braithwaite e Frank Ramsey, prematuramente desaparecido. Wittgenstein regressa em 1929 ao Trinity College. Há ainda a considerar, como é evidente, o grupo da *International Encyclopedia of Unified Science* editada em Chicago pelo marxista austriaco Otto Neurath a partir de 1937, que Magalhães-Vilhena refere no livro de 41, de forma curiosa, como conjunto de pensadores ligados a uma “determinada concepção da experiência e da articulação da *ordo idearum* e da *ordo rerum*.” (UC, p.38). Ausentes estão ainda, naturalmente, os críticos do neopositivismo, Quine, Lakatos, Kuhn, Feyerabend, e, também deste lado, o mesmo Popper e um não

menos marcante Wittgenstein pós-*Tractatus* e pós-férias vienenses (debate com Moritz Schlick e Friedrich Waismann), no seguimento do regresso a Cambridge. Na bibliografia de *Unidade da ciência* figura apenas uma obra de Wittgenstein: o *Tractatus logico-philosophicus*, na edição de 1933, prefaciada por B. Russell; embora o filósofo seja referido mais de uma dezena de vezes ao longo do texto.

A escolha temática do candidato a doutorando em Coimbra parecia, portanto, ser de inegável pertinência. Mas assim não era na mente nem no respectivo juízo dos senhores catedráticos coimbricenses. Como se não bastasse essa recusa, o livro publicado em 1941 (edição de autor e expressão pública da tese académica que nunca chegou a concretizar-se como tal, embora na edição não deixe de estar referido tratar-se de uma “dissertação para doutoramento” em Coimbra [UC, p.5]), foi desatendido, tendo caído no completo esquecimento, para além de cedo se ter tornado uma das peças da colecção dos *introuvables* (desde logo, por efeito da provável magreza da tiragem de uma edição sem chancela editorial). Que seja do meu conhecimento, ao longo de 75 anos só Eduardo Chitas, amigo e colaborador de M.-Vilhena, lhe dedicou um estudo intitulado “Um caminho interceptado: o jovem Magalhães-Vilhena e o tema da unidade da ciência” (em 2000, v. Referências). Ao silêncio acresce o facto de a abordagem de E. Chitas, como o título indica, ter enfoque mais biográfico do que epistemológico, correspondendo à finalidade de mostrar como de um processo de indecente ostracização se passou ao sonho de uma ida para Cambridge que acaba por desembocar na Sorbonne. Recentissimamente, coincidindo no tempo com a presente abordagem, também o físico e historiador da ciência Augusto Fitas o convocou como objecto de estudo, na segunda parte de um importante ensaio sobre a recepção em Portugal das ideias do *Wiener Kreis* inserido num volume colectivo “*in memoriam* Hermínio Martins” (v. Referências), parte essa significativamente intitulada “Outra tentativa de doutoramento sobre as ideias da Escola de Viena ou um segundo livro onde se trata o problema da *unidade da ciência*”.

Convirá recordar o que está esquecido ou nunca é referido: antes da publicação do livro, Magalhães-Vilhena já tinha proferido uma conferência no Laboratório de Física da Universidade de Coimbra sobre o tema da unidade da ciência (Maio de 1940, v. Referências). Em meu parecer, e independentemente do efeito causado pelas ideias vindas de fora (Viena, Cambridge, intelectualidade de esquerda inglesa e francesa, etc.) ao interesse de Magalhães-Vilhena por esta questão epistemológica não é certamente estranha a relação pessoal que manteve em Coimbra com Mário Silva (então director do Laboratório onde decorreu a conferência)

e com o prestigiado físico refugiado Guido Beck (com quem colaborou no quase inconcebível esforço pioneiro de organizar, no mesmo Laboratório, um curso com título francês anunciando conteúdo nunca por aquelas bandas avistado, espécie de oásis subitamente surgido no meio do deserto – *Introduction Physique et Philosophique à la Théorie des Quanta* –, e é provável ter havido quem supusesse estar perante miragem; e era quase..., pois o curso não teve continuidade) (v. Fitas/Videira, Referências). Nessa influência mais próxima (Silva, Beck), a que considero dever-se adicionar também o nome de António Sérgio, mora boa parte do impulso inspirador do rumo traçado, no plano do conteúdo do trabalho filosófico, pelo jovem investigador nos anos 1939/40. Também não devemos esquecer que na altura em que ultima a redacção do livro, tendo em vista a sua publicação, o autor está não só decidido a ir para Cambridge doutorar-se, como convicto da obtenção dos meios necessários (a bolsa) à concretização do sonho de poder “desfrutar na velha Universidade britânica o convívio dos mestres ingleses”, dando assim continuidade ao iniciado, pois “dos vários pontos [que] tem o propósito de investigar de um apenas trata o presente volume” (UC, p.37). Tudo isto está expressamente dito no Preâmbulo. A fixação deste rumo académico tem directo reflexo na obra, através, nomeadamente, do peso das fontes bibliográficas de origem britânica ou em língua inglesa a que recorre. Bernal, referido como “cientista contemporâneo de génio” (UC, p.36), tem especial primazia; mas a ele se juntam Benjamin Farrington, Bertrand Russell, Rudolf Carnap (naturalizado americano), John Lewis, John Dewey, James Jeans, V.J. McGill, H. Levy, entre outros. Mas as fontes bibliográficas estendem-se muito para além do universo anglófono. Franceses e alemães não deixam de estar bem representados, com destaque para os marxistas franceses Henri Wallon e Paul Langevin, havendo também referência a Lucie Prenant. O impacto causado no leitor pela dimensão quantitativa e qualitativa das fontes perceptivelmente compulsadas é sintoma (um dos primeiros, ou talvez até o primeiro) do emergir de um possante investigador científico.

O uso positivo/afirmativo de uma mesma expressão por diferentes autores nunca foi prova de consensualidade entre os utilizadores. Magalhães-Vilhena manifesta inequívoca concordância com a ideia de unidade da ciência. Socorre-se de autoridades filosóficas identificadas e ocultadas (por constrangimento salazarento) para validar a concepção unitária.

[As ciências particulares] são todas [...] apenas secções da *humana sapientia* – e esta é sempre una. As ciências constituem uma unidade. Qualquer que seja o objecto [...] são sempre obra de um mesmo espírito.

Hegel disse: “Todos os produtos do pensamento humano são sempre produtos de um só pensamento.” (UC, p.19).

E a esta citação logo adiciona uma outra, em francês, ocultando o nome do seu autor: “*Pour changer d’objet, l’esprit ne change pas de nature*” (UC, p.19). Se recuperarmos a memória das declarações dos homens do *Wiener Kreis*, traçando como meta “a ciência *unificada*”, “afastando-se das concepções metafísicas e teológicas”, criticando o idealismo alemão, tudo em defesa da “concepção científica do mundo” (frases do já antes citado manifesto de 1928), se tivermos presente estes dizeres, é natural que nos pareça não haver razões para duvidar da existência de completa sintonia entre o autor português e os mentores do empirismo lógico, do neopositivismo, relativamente à problemática da unidade da ciência. Porém, essas razões existem, são fortes, e é nas páginas do livro *Unidade da ciência* que começam a ganhar forma mais consistente (no seguimento da conferência de 1940), assim como verdadeira dimensão crítica.

Mas antes de aclararmos a dessintonia, não quero deixar de aludir a um esforço do nosso investigador que pode passar despercebido. A ideia de ciência unificada norteava, na época, a acção de muitos pedagogos, por motivos fáceis de entender no espaço da reflexão sobre o modo de articular o ensino das diferentes ciências, aparecendo, por isso, como questão de essencial natureza pedagógica. Inspirado numa figura que lhe era cara, a do progressista filósofo americano John Dewey, generosamente citado em diversos contextos, Magalhães-Vilhena atrai a atenção do leitor para a complexidade do problema, mostrando que a inovação pedagógica baseada na concepção unificadora obriga a que se comece por dissecar a forma como se deve conceber a *experiência*, uma via proposta por Dewey em *Experience and education* (1938) que implica uma prévia reflexão filosófica; isto é, uma filosofia da educação cruzando-se com a pedagogia. Dito de outro modo, a problematização e a análise tem obrigatoriamente que se situar também no terreno da *epistemologia* e não apenas no do puro pedagogismo, principalmente no que toca à fundamentação teórica. Combinando a então muito recente contribuição de Dewey com a epistemologia neokantiana da escola de Marburgo, Magalhães-Vilhena convoca Paul Natorp para, à dupla sombra da notoriedade dos trabalhos do alemão e do americano, concluir que pedagogia e epistemologia “cruzam-se e completam-se” (como Natorp fez no seu trabalho de investigação), porque “ambas contribuem de um modo geral a pôr em destaque a unidade do conhecimento e de um modo mais particular a da ciência.” (UC, p.20).

Isto e muito mais, conduz-nos à percepção da *não-simplicidade* da questão levantada. Deparamos continuamente com algo que é em simultâneo fonte de dificuldade e de fascinação: a conexão entre as várias questões, “a íntima correlação de assuntos, a unidade de problemas” (UC, p.31). Portanto, quando se enuncia a magna interrogativa: *em que consiste o problema?*, no imediato a resposta fica encalhada na constatação de que não se está a lidar com *um problema*, único, mas sim com *vários*. Constatação que implica desde logo o reconhecimento da deficiente formulação da pergunta. É o assumir da consciência da complexidade da problemática. E em tudo isto há aquilo a que chamo o *dilema da matriosca*; espécie de síndrome – pelo que talvez se pudesse chamar também síndrome da matriosca. Modelar exemplo é (resumindo) o estar o problema da unidade da ciência contido dentro do mais amplo problema da unidade do conhecimento que está contido no problema da *πράξις*, entendida como totalidade da actividade social, que por sua vez está contido no ainda mais amplo problema da unidade do real. E não nomeei todas as bonecas...

Magalhães-Vilhena simpatizava com a expressão francesa, de uso corrente, *tout se tient* que de modo trivial acaba por bem traduzir a erudita visão goetheana da Vida como relacionamento universal – o entrelaço de tudo. Mas já em 1941 no contexto da reflexão sobre o problema da unidade da ciência o jovem investigador mostra ter assimilado fundamental aspecto da concepção materialista e dialéctica relativa à questão em estudo. Consiste em perceber a *historicidade das conexões* (a que ele prefere chamar “encadeamentos”). A consciência de que o mundo é constituído por número indeterminado de elementos ligados entre si é uma verdade que oculta outra, a saber: que essa unidade não é única, não sendo por isso imutável. É, bem pelo contrário, unidade *em devir*; em permanente processo de transformação. Esta constatação altera radicalmente, complexificando, a forma de conceber o conhecimento. A conexão universal opera num dado momento (modelo clássico da máquina ou do “mundo máquina”), mas também na contínua *sucessão de momentos*, consignando o concebimento do mundo como *processo* – fundamental passo de conceptualização. Daí que a análise da linguagem, do método e das leis seja insuficiente, se bem que relevante. Torna-se necessário descer a um outro patamar, mais fundo, em busca daquilo que possibilita a unidade do conhecimento, em geral. Investindo nesse esforço de aprofundamento chega-se à consideração de outros elementos que concorrem de modo decisivo para a desejada fundamentação: a prática ou *πράξις* (se preferirmos, como o investigador em causa, o recurso ao grego clássico), a unidade do sujeito cognitivo, o objectivo comum (em função de uma necessidade humana fundamental

única). Fica assim feita a denúncia da insuficiência da concepção formalista, ou da “atitude formalista”, ao reduzir a unidade da ciência à questão da unidade de expressão, seja esta tratada no plano do matematismo, do logicismo ou do fisicalismo; ou, dito de outra forma, na esfera da matemática, da análise lógico-científica e da Física entendida como ciência base (linguagem fisicalista). Não se deve deixar de reconhecer existir significativo grau de insipidez teórica no modo como o Magalhães-Vilhena de 1941 observa a ideia central de *historicidade das conexões*, no meu dizer, ou a *dupla unidade* associada ao encadeamento, na forma de dizer dele – isto é, encadeamento *em cada momento* histórico e encadeamento *na sucessão dos momentos*. Ficam por esclarecer pontos absolutamente essenciais para o entendimento da concepção proposta. O primeiro é, em meu humilde entendimento, o da inovadora presença de uma nova ideia de *conceito*, ou, dito de outra forma, a génese de um novo processo de conceptualização, autêntica revolução gnosiológica/epistemológica que põe termo à fixidade conceptual instituindo o carácter *não-fixo* dos conceitos que aí operam, referindo-se a *relações* e já não a *coisas* (v. Freitas-Branco, pp.152-155). Por outro lado, mas em íntima relação com isto, é difícil não estranhar a ausência de tratamento de conceitos-chave como o de *contradição* na sua determinação num renovado quadro filosófico que já não é nem o do idealismo hegeliano nem o do materialismo tradicional – como o francês dos anos Setecentos. Ausência que pesa na precisa medida em que compromete o verdadeiro entendimento do porquê da sucessão de momentos, das razões da possibilidade dessa ocorrência, da fundamentação do *dever*, do dialéctico *Werden* hegeliano-marxista que se supõe integrar a mundividência do investigador. Terá havido nisso alguma intencionalidade? Será outro caso de autocensura forçada pelas circunstâncias políticas adversas? Será fruto da insegurança intelectual própria de um jovem investigador? Seja como for, com a análise crítica desenvolvida por Magalhães-Vilhena na obra *Unidade da ciência* abre-se a porta para um redesenho da orientação epistemológica, superando a visão limitada e limitativa que faz coincidir o problema da unidade da ciência com o da unidade da *expressão* (linguagem). Como afirma em tom abertamente crítico e tomando por alvo correntes de pensamento e autores então em voga:

Em vez de se estudar o pensamento científico, distingue-se o conteúdo da sua forma, e estuda-se a linguagem da ciência. Em vez de se cuidar da unidade do conhecimento científico, cuida-se da unidade de expressão do conhecimento científico (UC, p.248).

No final do volume (*UC*, pp.245 e ss.), Magalhães-Vilhena tenta explicitar e definir algumas das consequências que derivam da nova orientação. Mas esse objectivo, desde o início comunicado, acaba por não ser convenientemente alcançado, por falta de alguma maturidade que o faz resvalar para o privilegiar da exposição histórica de concepções desenvolvidas por correntes de pensamento e autores específicos em detrimento do aprofundar da análise epistemológica, contradizendo até, em parte, o propósito anunciado. Esta imperfeição faz-se sentir em particular na parte 1 da obra, composta por três parágrafos e intitulada “Unidade de expressão”, onde se expõe a forma como matemática, logística e física intervêm como linguagem, ou linguagens, da ciência. Sem prejuízo para esta crítica, não deixa de ser curioso constatar que esta desadequada e excessiva prevalência de explanação histórica é no entanto um primeiro sinal nítido do folgo do investigador, havendo, nesse sentido, grandeza na imperfeição (já antes, ao comentar a bibliografia, tinha chamado a atenção para um precoce sinal de pujança científica do jovem licenciado dedicado ao afã de pesquisador). Como se compreende, nessa fase de juventude, no início dos anos 40, havia ainda muita leitura por realizar, *deficit* de informação ditado pela realidade sociocultural e política da pátria onde ainda vivia, assim como a necessidade de muito mais tempo para poder digerir, para poder assimilar criticamente a concepção materialista e dialéctica a partir da qual pretendia opor-se ao empirismo lógico, ao *Wiener Kreis*, com as suas várias tendências e desarmonias internas. No entanto, mesmo assim não acompanho Eduardo Chitas na tese de que a obra publicada em 1941 sobre o sério problema da unidade da ciência se situa ainda fora do campo da produção filosófica marxista propriamente dita (Chitas, p.222). Penso o contrário: trata-se de interessante e até relevante peça do património filosófico marxista nacional, se bem que afectada pelos disfarces, autocensuras e malabarismos discursivos impostos pelas circunstâncias. Foi o possível (v. Fitas, p.547). É, ao cabo de contas, exemplo, entre muitíssimos outros, do grave dano cultural provocado por aquilo a que o historiador Fernando Rosas chamou “a arte de saber durar”, ou seja, a *durabilidade* de Salazar.

Há no entanto um defeito maior que, aliás como as imperfeições anteriormente assinaladas, não considero poder justificar-se com “o carácter manifestamente introdutório” da obra (*UC*, p.246), feição explicitada no próprio subtítulo. A falha é agora bem mais grave, não podendo deixar de ser sublinhada pela crítica, e está associada ao antes apontado como insipidez teórica. Qual é o defeito? É o de ter deixado de lado, reduzido a brevíssimas referências, o problema – por ele próprio definido como essencial – da *unidade do real*. Como muito bem adverte:

Há que analisar por que é una a ciência. A isto creio poder chamar-se o problema dos pressupostos da unidade da ciência. Problema que não cai já propriamente no âmbito técnico da investigação científica nem é tampouco um problema de natureza social, mas um problema lógico e epistemológico (UC, p.28).

Certíssimo. Estamos bem dentro do puro espaço disciplinar da epistemologia. Quais são então os pressupostos epistemológicos? Já foram enumerados ao longo da presente análise; mas no livro Magalhães-Vilhena tem a preocupação de apresentar listagem sistematizada, convenientemente numerada e designada como “problemas essenciais de carácter geral”; são 4 unidades que assim resumo: 1) de expressão; 2) do conhecimento; 3) de método; e... 4) a unidade do “real” (comas postas pelo Autor do livro). Se o último ponto é desatendido, como de facto acontece, estando expressamente confessado no texto, então a consequência é que fica despida de resposta a capital interrogativa: *em que é que se fundamenta a defendida unidade da ciência?* Fica sem resposta porque a resposta deixa de ser possível. De modo mais preciso: deixa de ser possível dar resposta cabal. Porquê? Porque a unidade da ciência é resultado de outras unidades. Deriva, p.e., em enorme medida, como a seu tempo se viu, da unidade do conhecimento estribada ela própria em outras unidades – *a)* a da práxis, actividade social encarada como totalidade, *b)* a da razão (unidade do sujeito pensante, do pensamento), *c)* a da necessidade fundamental do eu, do sujeito dominar as forças da natureza (em que o próprio sujeito se inclui) tendo em vista a construção da sua sobrevivência e bem-estar. No fim da sequência (*dilema da matriosca*) encontramos a derradeira e mais fundamental unidade da qual a da ciência é resultado, encontrando aí, por essa razão, o seu fundamento último: é ela a *unidade do Real*. Deixá-la de lado é evidentemente inaceitável. E não resisto a deixar no ar uma pergunta: a escola, a educação, o ensino (nos seus vários níveis) reflecte esta compreensão da unidade da ciência e transmite-a? Questão para a geração de Magalhães-Vilhena e para a nossa. Ou não será?

Mais tarde, adquirida a maturidade plena, Magalhães-Vilhena dará novos e decisivos contributos epistemológicos impossíveis de expor com espírito crítico-analítico dentro dos limites desta abordagem. A meu ver, o mais importante de todos esses legados mais tardios acabou por ser concretizado no âmbito do demorado estudo do idealismo crítico de António Sérgio – que, ao contrário do que acintosamente se chegou a dizer e alguns ainda hoje reafirmam, nunca foi um mero pretexto para apresentar, defender ou propagandear em Portugal o chamado marxismo-leninismo; sou

testemunha “ocular”, se é que assim me posso expressar, da sinceridade da admiração, sempre enorme, que Magalhães-Vilhena nutria pelo filósofo-ensaísta, tanto no plano pessoal como no da criação intelectual. Ai, nesse aturado labor de investigação sergiana, encontramos, logo a partir do pequeno livro publicado em 1964 com a chancela da *Seara Nova*, mas principalmente no muito mais extenso volume póstumo (2013, v. Referências), uma das mais conseguidas explanações do conteúdo da moderna epistemologia materialista presentes na bibliografia filosófica nacional (e até internacional). Como exemplo, dele cito curta passagem sobre a essencial noção de *correspondência* por ter ela directa relação com a problemática da *unidade* do conhecimento:

As leis do pensamento correspondem às leis da natureza porque existe uma conexão natural, objectiva, entre todos os fenómenos da natureza. [...] § A correspondência das “leis do pensamento” e das “leis da natureza” está afinal contida não no próprio pensamento [...], mas na própria natureza [...] § A materialidade do mundo é o fundamento dessa correspondência. (*AS*, pp.216-217).

O título do último capítulo do olvidado livro *Unidade da ciência. Introdução a um problema*, em que aqui concentrámos a nossa atenção também na tentativa de ressuscitar a sua memória, esse título é *Perspectiva*, quando se esperava que fosse *Conclusão*. Ser inconclusivo é uma característica de Magalhães-Vilhena autor. Não por incapacidade, não por falta de talentos de investigador filosófico (que eram transbordantes), senão que por atitude antidogmática. *Perspectiva* é forma de recordar ao leitor a existência de um ângulo de visão a partir do qual o tema foi olhado pelo autor. Mas é também um não menos dogmático desejo de deixar questões em suspenso, de deixar espaço aberto para indagações futuras que rectifiquem, eventualmente, o trabalho pretérito, conduzindo a outros pontos de vista, ao assumir de diferente posição. É esse o sentido da preferência dada à palavra “perspectiva” em vez de “conclusão” na titulação do capítulo final. Sinal de permanente abertura intelectual à mudança. Qualidade digna de registo. Não a questionando, parece-me, porém, ter sido Vasco de Magalhães-Vilhena bastante conclusivo no conjunto do seu legado epistemológico, agora parcialmente examinado, e até no todo do seu legado intelectual. Mas esta minha afirmação, como tantas outras aqui deixadas, é provavelmente uma pura *perspectiva* pessoal.

REFERÊNCIAS

Obras de Vasco de Magalhães-Vilhena

- “A luta pela inteligibilidade no pensamento grego”, em *Seara Nova*, 1935.
- “A arte e a vida social. Lisboa, 1936. Em Ema Romero da Câmara Reys, *Divulgação musical*, Vol. IV (1936), Lisboa, 1938, pp.45-75.
- Progresso. História breve de uma ideia*. Coimbra, 1939; Lisboa: Editorial Caminho, 1979 (2ª Edição) – Tese de Licenciatura apresentada na Universidade de Coimbra.
- UC – Unidade da ciência. Introdução a um problema*, Coimbra: Ed. do Autor, 1941.
- Le problème de Socrate. Le Socrate historique et le Socrate de Platon*, Paris : PUF, 1952. (Tese principal de Doutoramento de Estado – Doctorat ès-lettres). Edição portuguesa: *O problema de Sócrates: o Sócrates histórico e o Sócrates de Platão*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- PPF – Panorama do pensamento filosófico*. Publicado sob a direcção de Vasco de Magalhães- Vilhena, Vol. 1, Lisboa: Edições Cosmos, 1956. Os volumes 2 e 3 foram publicados respectivamente nos anos de 1958 e 1960.
- António Sérgio: o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, Lisboa: Seara Nova, 1964.
- Antigos e modernos. Estudos de história social das ideias*, Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- AM – Anciens et modernes: études d’histoire sociale des idées*, Paris: Meridiens Klincksieck, 1986.
- Entrevista – “Vasco de Magalhães-Vilhena, um pensador marxista”. Entrevista conduzida por Maria Ivone de Ornellas de Andrade, em Eduardo Chitas e Hernâni A. Resende (Coord.), *Filosofia. História. Conhecimento. Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*, Lisboa: Editorial Caminho, 190, pp.327-340.
- AS – António Sérgio. O idealismo crítico: génese e estrutura. Raízes gnoseológicas [sic] e sociais. Estudo de história social das ideias*, Edição, Prefácio e Notas de Hernâni Resende, Lisboa: Edições Colibri, 2013.

Obras de outros autores

- Chitas, Eduardo, “Um caminho interceptado: o jovem Magalhães-Vilhena e o tema da unidade da ciência”, em *História do pensamento filosófico português*, Direcção de Pedro Calafate, Vol. V, Tomo 2, Lisboa: Editorial Caminho, 2000.
- Deniz-Jacinto, Manuel, “Pequeno depoimento sobre um Grande Homem”, em Chitas, Eduardo e Resende, Hernâni A. (Coord.): *Filosofia. História. Conhecimento. Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*, Lisboa: Editorial Caminho, 190, pp.297-300.

- Fitas, Augusto José dos Santos, “A recepção das ideias do Círculo de Viena em Portugal: duas tentativas de teses de doutoramento sobre o empirismo lógico, em João Príncipe (Ed.): *Évora studies in the philosophy and history of science. In Memoriam Hermínio Martins*, Lisboa: Caleidoscópio, 2016, pp.513-555.
- Fitas, Augusto José dos Santos, Videira, António A. P., *Cartas entre Guido Beck e cientistas portugueses*, Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- Freitas-Branco, João Maria de, *Dialéctica, ciência e natureza*, Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- Melo, António, “Magalhães-Vilhena, esboço de um retrato”, em Eduardo Chitas e Hernâni A. Resende (Coord.), *Filosofia. História. Conhecimento. Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*, Lisboa: Editorial Caminho, 1990, pp.301-317.
- Namorado, Egídio, *A Escola de Viena e alguns problemas do conhecimento*, Coimbra: Atlântida, 1945.
- Resende, Hernâni, “O historismo como princípio metodológico do pensamento filosófico de Magalhães-Vilhena”, em *História do pensamento filosófico português*, Direcção de Pedro Calafate, Vol. V, Tomo 2, Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

RESUMO

Tendo como ponto de partida um testemunho pessoal incidindo sobre elementos biográficos pouco conhecidos, ou até desconhecidos, mostra-se como isso influi no desenho do perfil do investigador filosófico, determinando uma opção metodológica, uma atitude intelectual, um pensamento epistemológico. A atenção é centrada no problema da **unidade da ciência**, promovendo a análise crítica do modo como ele é posto em equação, da sua complexidade, das questões que dele derivam e da construção de uma orientação alternativa à do *Wiener Kreis*, do empirismo lógico: uma epistemologia materialista superadora da concepção formalista.

Palavras-chave: Epistemologia – Materialismo – Praxis – Dialectica – Unidade da Ciência – História Social das Ideias.

ABSTRACT

Having a personal testimony of some less known, or completely unknown elements concerning the biographic sphere as starting point, an attempt has been made to reveal in what extent these aspects influence on the definition of the philosophical researcher profile, and in what way do they determine a methodological option, an intellectual attitude, an epistemological thought. Attention is focused on the main problem of the **unity of science**, critically analysing how this problem is put into equation, his complexity, the issues that derive from it and the building of an alternative view, different from that of the *Wiener Kreis*, of the logical empiricism: a materialistic epistemology overcoming or surpassing the formalist conception of the unity of science.

Key-words: Epistemology – Materialism – Praxis – Dialectics – Unity of Science – Social History of Ideas.